

Digesto

NEWSLETTER N.º 24/2020

Período abrangido: 16 a 27 de novembro de 2020



COVID-19

[Portaria n.º 265-A/2020, de 16 de novembro](#)

AGRICULTURA

Altera (segunda alteração) a [Portaria n.º 86/2020](#), de 4 de abril, que estabelece um conjunto de medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID-19, no âmbito da operação n.º 10.2.1.4, «Cadeias curtas e mercados locais», da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4, «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

[Decreto-Lei n.º 98/2020, de 18 de novembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 27-B/2020, de 19 de junho e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de julho - alteração excecional e temporária das regras de sequencialidade dos apoios à manutenção dos postos de trabalho -.

[Portaria n.º 266/2020, de 18 de novembro](#)

PLANEAMENTO

Altera (quarta alteração) o regulamento do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, aprovado pela [Portaria n.º 105/2017](#), de 10 de março.

[Portaria n.º 268/2020, de 18 de novembro](#)

AGRICULTURA

Estabelece o regime de aplicação da medida excecional e temporária prevista no artigo 39.º-B do [Regulamento \(UE\) n.º 1305/2013](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na sua redação atual, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

[Despacho n.º 11334/2020, de 18 de novembro](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro

Determina a aplicação do Despacho n.º 10992/2020, de 3 de novembro, e publicado a 10 de novembro, à composição da Estrutura de monitorização do estado de emergência no território continental.

[Despacho n.º 11418-A/2020, de 18 de novembro](#)

Administração Interna, Modernização do Estado e da Administração Pública, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde - Gabinetes do Ministro da Administração Interna e das Ministras da Modernização do Estado e da Administração Pública, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde

Determina a operacionalização do reforço da capacidade de rastreio das autoridades e serviços de saúde pública para realização de inquéritos epidemiológicos, para rastreio de contactos de doentes com COVID-19 e seguimento de pessoas em vigilância ativa.

[Portaria n.º 269/2020, de 19 de novembro](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 178/2020](#), de 28 de julho, que estabelece um sistema de incentivos à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença COVID-19, designado Programa Adaptar Social +.

[Portaria n.º 270/2020, de 19 de novembro](#)

SAÚDE

Regulamenta de forma excecional e temporária as matérias relativas à publicitação do procedimento, prazos, forma de apresentação de candidatura, notificações e utilização de meios eletrónicos.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2020, de 20 de novembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova um conjunto de medidas destinadas às empresas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Decreto do Presidente da República n.º 59-A/2020, de 20 de novembro](#)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República n.º 87-A/2020, de 20 de novembro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Concede autorização para a renovação do estado de emergência, solicitada pelo Presidente da República na mensagem que endereçou à Assembleia da República em 19 de novembro de 2020, nos exatos termos e com a fundamentação e conteúdo constantes do projeto de Decreto do Presidente da República, que transcreve.

Resolução da Assembleia da República n.º 87-B/2020, de 20 de novembro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprova procedimentos excepcionais de participação dos Deputados nas sessões plenárias e do respetivo registo de presença.

Decreto n.º 9/2020, de 21 de novembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 59-A/2020, de 20 de novembro.

Decreto-Lei n.º 99/2020, de 22 de novembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Procede à alteração das medidas excepcionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, constantes dos seguintes diplomas:

- Altera (vigésima quarta alteração) o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID-19;
- Altera (terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março, que estabelece um regime excepcional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 17/2020, de 23 de abril, que estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas ao setor do turismo, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
- Altera (terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 28-B/2020, de 26 de junho, que estabelece o regime sancionatório aplicável ao incumprimento dos deveres estabelecidos por declaração da situação de alerta, contingência ou calamidade;
- Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 79-A/2020, de 1 de outubro, que estabelece um regime excepcional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.

Portaria n.º 273-A/2020, de 25 de novembro

AGRICULTURA

Estabelece medidas excepcionais e temporárias no âmbito da pandemia da COVID-19 aplicáveis aos programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas e respetiva assistência financeira, regulamentados, a nível nacional, pela [Portaria n.º 295-A/2018](#), de 2 de novembro, alterada pela [Portaria n.º 306/2019](#), de 12 de setembro, ou pela [Portaria n.º 1325/2008](#), de 18 de novembro, alterada pelas [Portarias n.ºs 1247/2009](#), de 13 de outubro, e [166/2012](#), de 22 de maio.

[Portaria n.º 273-B/2020, de 25 de novembro](#)

AGRICULTURA

Estabelece medidas excepcionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, aplicáveis ao ano de 2021, do Programa Apícola Nacional (PAN) relativo ao triénio de 2020-2022, regulamentado, a nível nacional, pela [Portaria n.º 325-A/2019](#), de 20 de setembro, alterada pela [Portaria n.º 387-A/2019](#), de 25 de outubro.

[Despacho n.º 11718-B/2020, de 25 de novembro](#)

Ambiente e Ação Climática - Gabinete do Ministro

Atribui financiamento pelo Fundo Ambiental para apoiar a contratação de serviços de transporte rodoviário com operadores privados, para reforço das ligações com a Área Metropolitana de Lisboa

[Despacho n.º 11737/2020, de 26 de novembro](#)

Defesa Nacional, Administração Interna e Saúde - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna e da Ministra da Saúde

Determina a constituição de uma task force para a elaboração do «Plano de vacinação contra a COVID-19 em Portugal», integrada por um núcleo de coordenação e por órgãos, serviços e organismos de apoio técnico e define a sua atribuição e composição.

[Despacho n.º 11739/2020, de 26 de novembro](#)

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Determina que a aplicação da tolerância de ponto concedida pelo Governo, para os dias 30 de novembro e 7 de dezembro de 2020, não pode comprometer a resposta à prestação de cuidados e assistência no âmbito da COVID-19, bem como a relativa a situações agudas e/ou urgentes e emergentes ou a prestação de cuidados que exijam continuidade e, ainda, a atividade assistencial já programada.

[Lei n.º 75/2020, de 27 de novembro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Estabelece um regime extraordinário de viabilização de empresas.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 272/2020, de 25 de novembro

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Altera (terceira alteração) a [Portaria n.º 933/2006](#), de 8 de setembro, que aprova o Regulamento de Segurança das Instalações de Fabrico, Reparação, Comércio e Guarda de Armas.

Portaria n.º 273/2020, de 25 de novembro

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 33/2011](#), de 13 de janeiro, que aprova a lista referencial de munições obsoletas prevista no n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro (que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições).

Despacho n.º 11718-A/2020, de 25 de novembro

Administração Interna - Gabinete do Ministro

Aprova o Regulamento das Condições Materiais das Salas de Atendimento à Vítima em Estabelecimento Policial.

AGRICULTURA

Decreto-Lei n.º 97/2020, de 16 de novembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera (quarta alteração) o estatuto das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 173/2009, de 3 de agosto, e republica-o em anexo com as alterações ora introduzidas.

Portaria n.º 265-B/2020, de 16 de novembro

FINANÇAS E AGRICULTURA

Estabelece as condições e procedimentos aplicáveis à atribuição, em 2020, do apoio financeiro previsto no artigo 309.º-A da [Lei n.º 2/2020](#), na redação conferida pela [Lei n.º 27-A/2020](#), de 24 de julho, que tem por objeto, exclusivamente, a energia utilizada na produção agrícola e pecuária e nas atividades de armazenagem, conservação e comercialização de produtos agrícolas.

AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 100/2020, de 26 de novembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Alarga a tarifa social de eletricidade e a tarifa social de gás natural a mais situações de insuficiência social e económica.

CULTURA

[Lei n.º 74/2020, de 19 de novembro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) [2018/1808](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, que altera a Diretiva 2010/13/UE, relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à oferta de serviços de comunicação social audiovisual (Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual), para a adaptar à evolução das realidades do mercado.

Altera (quinta alteração) a [Lei n.º 27/2007](#), de 30 de julho, que aprova a Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido.

Altera (terceira alteração) a [Lei n.º 55/2012](#), de 6 de setembro, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais.

ECONOMIA

[Portaria n.º 271-A/2020, de 24 de novembro](#)

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL, FINANÇAS E PLANEAMENTO

Cria o Sistema de Incentivos à Liquidez, doravante designado Programa APOIAR, cujo Regulamento consta do anexo à presente Portaria.

ENTIDADES REGULADORAS

[Lei n.º 73/2020, de 17 de novembro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Altera (oitava alteração) a Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela [Lei n.º 5/98](#), de 31 de janeiro, modificando as regras de nomeação do governador e dos demais membros do conselho de administração do Banco de Portugal; procede à republicação da Lei Orgânica do Banco de Portugal, na sua redação atual, com as necessárias correções materiais.

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 11/2020-R, de 26 de novembro](#)

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Emitte norma regulamentar de prestação de informação para efeitos de supervisão à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões por sociedades gestoras de fundos de pensões.

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

[Portaria n.º 270-A/2020, de 23 de novembro](#)

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

Altera (sétima alteração) a [Portaria n.º 1473-B/2008](#), de 17 de dezembro, que aprova as taxas devidas pela emissão das declarações comprovativas dos direitos, pelo exercício da actividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, pela atribuição de direitos de utilização de frequências e de números, pela utilização do espectro radioelétrico e demais taxas devidas ao ICP-ANACOM.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Estabelece um regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos e altera o Código do Procedimento Administrativo.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2020, de 20 de novembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Reconhece como ocorrências naturais de carácter excepcional as depressões Elsa e Fabien ocorridas entre os dias 17 e 22 de dezembro de 2019, afetando particularmente os distritos de Aveiro, Braga Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, designadamente para efeitos de recurso ao Fundo de Emergência Municipal.

ÓRGÃOS DE SOBERANIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Decreto do Presidente da República n.º 60-A/2020, de 24 de novembro](#)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fixa o dia 24 de janeiro de 2021 para a eleição do Presidente da República.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

[Resolução da Assembleia da República n.º 85/2020, de 17 de novembro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprova e publica o orçamento da Assembleia da República para 2021.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2020, de 23 de novembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece um sistema único de acolhimento e integração de requerentes e beneficiários de proteção internacional.

Cria um grupo operativo único que funciona na formação restrita ou alargada, com funções de coordenação e técnico-operativas, respetivamente (Grupo Operativo Único), define as suas atribuições, a respetiva composição e modo de funcionamento.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030 (ECO.AP 2030), constante do anexo à presente resolução e da qual faz parte integrante, o qual passa a ser estendido às eficiências hídrica, material e de frotas, bem como à redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2020/A, de 16 de novembro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Regulamenta na Região Autónoma dos Açores a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos aprovada pela [Lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2020/A, de 19 de novembro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º do [Decreto n.º 8/2020](#), de 8 de novembro, nas deslocações para o território da Região Autónoma dos Açores por via aérea.

[Decreto do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores n.º 1/2020, de 24 de novembro](#)

GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Nomeia o Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

[Decreto do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores n.º 2/2020, de 24 de novembro](#)

GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Nomeia o vice-presidente e os secretários regionais do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2020/A, de 24 de novembro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Altera (primeira alteração) o [Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2020/A](#), de 19 de novembro, que regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º do [Decreto n.º 8/2020](#), de 8 de novembro (que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República), nas deslocações para o território da Região Autónoma dos Açores por via aérea.

Procede à republicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2020/A, com as alterações ora introduzidas.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2020/A, de 27 de novembro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Altera (segunda alteração) o [Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2020/A](#), de 19 de novembro, na redação dada pelo [Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2020/A](#), de 24 de novembro.

MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2020/M, de 16 de novembro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Altera (terceira alteração) o [Decreto Legislativo Regional n.º 22/2008/M](#), de 23 de junho, que criou o Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, e aprovou em anexo a respetiva orgânica, bem como a republica, em anexo ao presente diploma e do qual faz parte integrante.

TRABALHO SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 271/2020, de 24 de novembro

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Define as condições específicas do princípio da gratuidade da frequência de creche, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 146.º da [Lei n.º 2/2020](#), de 31 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2020.

Altera (segunda alteração) o regulamento das comparticipações familiares devidas pela utilização dos serviços e equipamentos sociais, anexo à Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, que estabelece as normas que regulam as comparticipações familiares devidas pela utilização dos serviços e equipamentos onde se desenvolvem respostas sociais aplicáveis aos utentes abrangidos por acordo de cooperação celebrado entre as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas e o Instituto da Segurança Social, I. P.

Decreto-Lei n.º 101/2020, de 26 de novembro

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Procede à criação de uma licença especial para reestruturação familiar e do respetivo subsídio, no âmbito do crime de violência doméstica.

Altera a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas.

TRIBUNAIS

Acórdão (extrato) n.º 476/2020, de 16 de novembro

Tribunal Constitucional

Decide não julgar inconstitucional a norma extraída dos n.ºs 2 e 4 do artigo 246.º e do n.º 5 do artigo 229.º, ambos do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, quando interpretado no sentido de que é válida a citação efetuada por depósito do respetivo expediente na morada da sociedade comercial citanda, constante do ficheiro central de pessoas coletivas do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, apesar de a carta de citação prévia, expedida para a mesma morada, ter sido devolvida com a indicação «Mudou-se».

Acórdão (extrato) n.º 478/2020, de 17 de novembro

Tribunal Constitucional

Decide não julgar inconstitucional o artigo 6.º, n.º 2, do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de maio, e alterado pela Lei n.º 139/99, de 28 de agosto, e pela Lei n.º 3-B/2000, de 4 de abril), quando interpretado no sentido de recair sobre o contratante privado o dever de pagar a totalidade dos emolumentos devidos em processos de fiscalização prévia dos contratos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, sempre que a decisão do Tribunal lhe seja favorável e do ato fiscalizado resultem pagamentos a seu favor.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 515/2020, de 18 de novembro

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma da alínea a) do n.º 5 do artigo 24.º da [Lei n.º 34/2004](#), de 29 de julho (altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/8/CE, do Conselho, de 27 de Janeiro, relativa à melhoria do acesso à justiça nos litígios transfronteiriços através do estabelecimento de regras mínimas comuns relativas ao apoio judiciário no âmbito desses litígios) com o sentido de que o prazo interrompido por aplicação do n.º 4 do mesmo artigo se inicia com a notificação ao patrono nomeado da sua designação, quando o requerente do apoio judiciário desconheça essa nomeação, por dela ainda não ter sido notificado.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 576/2020, de 19 de novembro

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Decide ter por verificada a constitucionalidade e a legalidade do referendo local que a Assembleia Municipal de Vizela deliberou realizar, na sua reunião ordinária de 30 de setembro de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Parecer (extrato) n.º 18/2020, de 24 de novembro

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Emite parecer sobre o pagamento de trabalho suplementar aos médicos com formação especializada em Saúde Pública sujeitos ao regime de disponibilidade permanente.

Diretiva n.º 4/2020, de 25 de novembro

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Determina os procedimentos a observar no exercício de poderes hierárquicos em processo penal.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

